

# Menos dinheiro para o Brasil em 84

Os banqueiros dizem que se reduzirão os empréstimos de organismos internacionais, a menos que o País mude sua estratégia de negociação da dívida.

Enquanto o governo continua esperando uma solução externa para a dívida, os banqueiros — que já enfrentam atrasos da ordem de até 60 dias nos recebimentos de juros — agora estão querendo uma definição dos ministros Delfim Neto e Ernane Galvêas: como pretendem prosseguir as negociações? Os banqueiros sugerem que se aumente a pressão junto aos governos, para levantar mais recursos junto a bancos de desenvolvimento; no caso do Banco Mundial, um grande volume de recursos poderia ser obtido, caso fossem extintos os subsídios à agricultura.

As sugestões constam de um documento confidencial do Comitê de Assessoramento da Renegociação da Dívida, integrado por 14 bancos credores, e chefiado pelo vice-presidente do Citibank, William Rhodes.

Conforme comentou fonte da área financeira ontem em Brasília, dificilmente o País conseguirá um grande aumento dos empréstimos de entidades como o Banco Mundial, caso não disponha de projetos de desenvolvimento. Os projetos existem, mas estão desativados em razão da imposição de uma política econômica recessiva pelo Fundo Monetário Internacional. E os estatutos do Banco Mundial não permitem que a instituição empreste dinheiro para que o País continue pagando juros aos banqueiros. Ou seja, os estatutos teriam de ser mudados, o que também é problemático.

Uma outra possibilidade para levantar recursos seria reativar grandes projetos agrícolas que o Bird já mostrou interesse em financiar, sob a condição de se extinguirem os subsídios ao setor.

Mais difícil ainda — diz o documento — é o levantamento de recursos junto a bancos de apoio ao comércio exterior, como o Eximbank. Aqui, novamente, seria ne-

cessária uma atitude mais agressiva de Delfim e Galvêas, no sentido de ganhar um apoio mais decidido dos países ricos.

Depois de frisar que o governo Figueiredo precisa definir como vai prosseguir as negociações, o documento adverte que a obtenção de um empréstimo-jumbo entre US\$ 3,5 e 3,8 bilhões para fechar o balanço de pagamentos até dezembro — quer dizer, daqui a três meses e meio — depende da liberação dos créditos bloqueados pelo FMI.

Na semana passada, um dos diretores do Lloyds International Bank declarou ao *Financial Times*, de Londres, que os governos precisam cooperar de forma mais decisiva com os banqueiros para solucionar a questão da dívida brasileira, cujos números “são grandes demais” para o setor privado. No entanto, o presidente Ronald Reagan, dos Estados Unidos, e a primeira-ministra Margaret Thatcher, da Grã-Bretanha, não parecem propensos a agir.

No entanto, o mercado mostra-se excessivamente protecionista e com relações de troca excessivamente desfavoráveis para países como o Brasil, cujos superávits comerciais recordes são apenas consequência de violentas quedas nas importações e de uma recessão interna igualmente sem precedentes.

Fecha-se, assim, o que alguns analistas chamam de “jogo de empurra”: Delfim e Galvêas querem que os credores resolvam o problema da dívida; os banqueiros tentam desempenhar a tarefa — sob a condição de o País continuar pagando as contas em dia, principalmente os juros; como não há dinheiro para isto, eles apelam aos governos, que não querem interferir. Enquanto isto, agrava-se a recessão interna, com desemprego, inflação, queda de produtividade, não-absorção de tecnologia, aumento de custos, perda de competi-

tividade do produto brasileiro no Exterior.

Conforme revelou ontem fonte da área financeira, o governo prossegue em sua política de ir tapando buracos, na medida em que aparecem: no momento, está tentando um novo empréstimo-ponte com o Tesouro dos Estados Unidos, possivelmente da ordem de US\$ 1 bilhão.

Enquanto o ministro interino da Fazenda, Mailson da Nóbrega, dizia ontem “desconhecer inteiramente” a vinda de uma nova missão do FMI ao País ainda este mês, a fonte da área financeira informava que, à custa do atraso no pagamento de juros, o governo acumulou reservas de US\$ 300 milhões, esperando chegar a US\$ 1 bilhão em outubro. O dinheiro — disse o informante — servirá para fechar o rombo deixado pelo programa de Tony Gebauer, do Morgan Guaranty Trust, que não conseguiu completar os quatro projetos de refinanciamento da dívida.

Segundo o *Financial Times*, os juros dos empréstimos concedidos por meio da Resolução 63 estão suspensos há seis semanas. No final do ano passado, o Brasil tinha uma dívida de curto prazo de US\$ 16,1 bilhões; os débitos de médio e longo prazo somavam US\$ 69,7 bilhões.

Ainda de acordo com o *Financial Times*, o Banco Central não fez qualquer comunicação oficial aos bancos credores, participando a suspensão dos pagamentos dos juros. No entanto, representantes de bancos estrangeiros ouvidos no Rio e em São Paulo disseram que a suspensão se seguiu à centralização dos pagamentos em moeda estrangeira no Banco Central, decidida no final de julho. “Eles estavam preocupados em interromper a saída de dólares do País, utilizados em pagamentos pelo setor privado, quando o setor público não estava conseguindo honrar seus compromissos.”